

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.864.037 - CE (2020/0048816-9)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADOS : DAVID SOMBRA PEIXOTO - CE016477**  
**NATHALIA APARECIDA SOUSA DANTAS - CE022248**  
**JOÃO PAULO SOMBRA PEIXOTO - CE015887**  
**JULIANA SOBRAL DE ANDRADE - CE026623**  
**MAYARA DE LIMA PAULO - CE027304**  
**JOSÉ LUÍS MELO GARCIA - CE016748**  
**FRANCISCO LEITAO DE SENA JUNIOR - CE026524**  
**NAYHARA CRISTINA GOMES DA SILVA - CE025892**  
**PRISCILA DE SOUZA FEITOSA - CE024764**  
**RENÊ RAULINO SANTIAGO - CE034715**  
**RODOLFO BENTO DA ROCHA - CE023237**  
**RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pelo Banco do Brasil S.A., com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, em oposição a acórdão do TRF da 5ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 271):

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DEPÓSITO IRREGULAR REALIZADO PELO INSS. REALIZAÇÃO DOS SAQUES POR TERCEIRO DESCONHECIDO.ATO ILÍCITO DO BANCO. NÃO COMPROVAÇÃO. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. TUTELA PROVISÓRIA ANTECIPADA. IMPOSSIBILIDADE. NÃO PROVIMENTO.

1. Insurge-se o BANCO DO BRASIL S/A em face da decisão que, nos autos da ação ordinária de origem, indeferiu pedido de tutela de urgência que objetivava compelir o INSS a se abster de incluir o CNPJ do autor no CADIN ou dívida ativa, ou providenciar a imediata exclusão.

2. Alega o BANCO DO BRASIL que "foi notificado no ofício de nº 160/SOFC/ INSSGEX /JUAZEIRO DO NORTECE em 27 de agosto de 2014, de que houve uma irregularidade que consiste nos depósitos feitos pela Autarquia Federal na Conta de JOAQUIM PEQUENO DE ARAÚJO, após o seu falecimento no período de outubro/ 2006 a janeiro/2007. Ao ser informado pelo banco que ocorreram saques posteriores ao falecimento do beneficiário, através de cartão com senha, o INSS busca responsabilizar o Banco, alegando que ocorreu um ato ilícito, no caso uso de senha do cartão por terceiro desconhecido".

3. Cumpre registrar que, nos termos do art. 300 do CPC/2015, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Além disso, é necessário que não haja perigo de irreversibilidade

dos efeitos da decisão (art. 300, § 3º, do CPC/ 2015).

4. No que atine aos fatos narrados pelo Banco do Brasil, percebe-se que estes necessitam de maiores esclarecimentos, o que demanda dilação probatória.

5. Destarte, não se mostra possível, em sede de cognição sumária, entender presentes os requisitos que permitam a postulada antecipação dos efeitos da tutela, vez que a pretensão deduzida pela agravante imprescinde de dilação probatória, não havendo, pois, que se falar em verossimilhança da alegação.

6. Diante disso, resta ausente um dos requisitos necessários à concessão da tutela pretendida, de modo que se torna dispensável o exame dos demais.

7. Agravo de instrumento não provido.

O recorrente aduz violação do art. 300 do CPC/2015 ao argumento de que o pedido de tutela de urgência preencheu todos os requisitos legais exigidos para a concessão.

Assevera, desse modo, que, "conforme demonstrado nos autos, o suposto débito se encontra prescrito uma vez que não ocorreu qualquer ato ilícito ou má-fé de responsabilidade do Banco, e, considerando o prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS cobrar a dívida, deve ser declarada nula a decisão da Autarquia, objeto da Ação anulatória" (e-STJ, fl. 292).

Admitido o recurso especial na origem, subiram os autos a esta Corte de Justiça.

É o relatório.

Quanto à aplicação do art. 300 do CPC/2015, a instância regional chegou à conclusão de que os requisitos exigidos para a concessão de tutela não estão presentes. De acordo com a jurisprudência consolidada desta Corte Superior, a verificação dos requisitos para a concessão da medida liminar de natureza cautelar ou antecipatória dos efeitos da tutela consiste em matéria de fato e de caráter precário, sendo defesa a análise em recurso especial, nos termos das Súmulas 7/STJ e 735/STF, respectivamente transcritas:

Súmula 7/STJ. A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial

Súmula 735/STF. Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar.

Confirmam-se (grifos acrescidos):

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA. PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA NEGADO PELA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ.

1. Cuida-se, na origem, de Agravo de Instrumento, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, interposto pela ora recorrente nos autos de Ação Ordinária, contra decisão que indeferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela que visa incluir a autora em lista de candidatos convocados para admissão no Curso de Formação de Oficiais

Aviadores da Aeronáutica.

**2. A iterativa jurisprudência do STJ é no sentido de que, para analisar os critérios adotados pela instância ordinária que ensejaram a concessão ou não da liminar ou da antecipação dos efeitos da tutela, é necessário o reexame dos elementos probatórios a fim de aferir a presença dos requisitos do art. 300 do CPC/2015, impossível em Recurso Especial, dado o óbice da Súmula 7 do STJ.**

3. Enfim, modificar a conclusão a que chegou a Corte de origem, de modo a acolher a tese do recorrente, demanda reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que é inviável em Recurso Especial, sob pena de violação da Súmula 7 do STJ.

4. Ademais, é "sabido que as medidas liminares de natureza cautelar ou antecipatória são conferidas à base de cognição sumária e de juízo de mera verossimilhança. Por não representarem pronunciamento definitivo, mas provisório, a respeito do direito afirmado na demanda, são medidas, nesse aspecto, sujeitas à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmadas ou revogadas pela sentença final" (AgRg no AREsp 400.375/GO, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 2/12/2013).

5. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1.777.947/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/3/2019, DJe 23/4/2019)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. REVISÃO DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA TUTELA DE URGÊNCIA. SÚMULA 7/STJ. CARÁTER PROVISÓRIO DA DECISÃO. NÃO ENQUADRAMENTO NO CONCEITO DE CAUSA DECIDIDA. SÚMULA 735/STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

**1. A análise da existência dos pressupostos da medida liminar (*periculum in mora* e *fumus boni iuris*) demanda o revolvimento fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7 desta Corte.**

**2. Recurso especial interposto contra acórdão que concede ou indefere antecipação de tutela ou liminar, compete à parte apontar como malferidos, dispositivos relacionados apenas aos requisitos da tutela de urgência, de modo que fica obstado o exame de eventual violação às normas relacionadas a questões relacionadas a própria ação principal. Incidência da Súmula 735/STF.**

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.156.948/RS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 7/11/2017, DJe 14/11/2017)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro Og Fernandes  
Relator